

**CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS/ES****ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA II
AUDITOR INTERNO LEGISLATIVO****TIPO 4 – AZUL****MATERIAIS**

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com cinco opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO/FUNÇÃO: ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA II – AUDITOR INTERNO LEGISLATIVO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

“A linha que separa o autobiográfico do ficcional é muito tênue”, afirma Falero

De servente de pedreiro, porteiro, José Falero se fez escritor, e apesar do reconhecimento que sua literatura venha tendo, afirma que sua vida é perrenque desde sempre e não há perspectiva de mudança. Falero conta que a leitura entrou tardiamente na sua vida, apesar de ela estar presente intrinsecamente no gosto que tem por narrativas, filmes, história em quadrinhos e até mesmo jogos de *videogame*. “Gostava de prestar atenção de como as histórias são contadas.”

O hábito e o gosto pelas letras de forma concreta veio através de sua irmã, Caroline Falero, diretora, atriz, educadora e artesã. “A escrita está muito associada à leitura, ao hábito de ler, e eu comecei a ler muito tarde, com 20, 21 anos. Minha irmã que me convenceu a ler. Não acreditava que pudesse ser legal.”

Desde então, nunca mais parou de ler. “Não foi só o livro, fui me encantando com coisas que eu percebi que eram daquele suporte, daquela plataforma. Sensações que não teria como experimentar vendo um filme, jogando videogame, era uma coisa do livro. E eu fiquei encantado com o que aquilo me provocava.”

E por não parar mais de ler, logo começou a escrever suas próprias histórias. Outro empurrão para a escrita tem ligação com as histórias em quadrinhos, as quais desenhava. “Eu não conseguia desenhar as coisas que eu queria, às vezes. Eu aprendi a desenhar muitas coisas, mas de repente eu queria fazer uma história que se passasse na cidade. Eu não sabia desenhar um monte de prédios, carro estacionado, o ambiente urbano. E toda vez que tu vai contar uma nova história no desenho é uma curva de aprendizado enorme, e na escrita eu me sentia mais livre, concebia as histórias e conseguia dar formas a elas, uma curva de aprendizado um pouco menor.”

Construindo a sua própria didática, indo atrás das ferramentas para desenvolver a escrita, sem a figura do mestre para apontar os caminhos, acabou se apaixonando pela gramática e tudo relacionado com a produção de textos.

Dos livros lidos na primeira fase do gosto pela leitura, Falero cita Edgar Wallace e Agatha Christie. “Quase tudo que parava na minha mão era estrangeiro, e era clássico. O primeiro livro nacional que li era um clássico também, do Machado de Assis, Quincas Borba e Memórias Póstumas. Me apaixonei por Machado, é um dos autores que eu fui atrás quando pude trabalhar e comprar meus próprios livros.” O escritor cita também o escritor japonês Eiji Yoshikawa, autor do romance Musashi. Segundo aponta Falero, Machado de Assis e o escritor japonês influenciaram sua literatura. “O fato de eu ter experimentado e gostado dos dois foi importante para mim porque me fez entender que não existe caminho certo, caminho errado, existem possibilidades.”

“Durante muito tempo me deixei levar por um pensamento preconceituoso que muita gente tem até hoje, que é de tu pensar que existe o jeito certo de escrever, e o jeito errado de escrever. Eu pensava assim. E durante muito tempo as coisas que eu escrevia era levando em conta a gramática normativa, não havia nada no meu texto da oralidade.”

Foi com uma conversa com o linguista baiano Marcos Oliveira que essa percepção mudou. “Foi como tirar uma venda dos meus olhos. Eu comecei a perceber a linguagem como uma ferramenta de dominação. Eu comecei a perceber que não é à toa que essa norma dita culta, que diz o que é correto, não vem do nada. E comecei a perceber que o que dizem que é errado, que falar assim é errado, que escrever assim é errado, é de uma população específica, que é tido como errado. E comecei a perceber que era violento comigo mesmo, inclusive o jeito que escrevia. E decidi experimentar trazer o modo como eu me expresso, como meus vizinhos se expressam, minha mãe, minha família, para as coisas que eu escrevo.”

O escritor conta que o retorno dessa experimentação foi positiva. Segundo recorda Falero, as pessoas comentaram que não tinham o hábito de ler, mas que lendo os seus textos não conseguiram parar. “Eu comecei a pensar nisso, o quanto as linguagens que são utilizadas na literatura não afugentam as pessoas. A gente vive em um país que toda vez que vão fazer as estatísticas, se chega à conclusão de que se lê pouco, de que poucas pessoas leem, e os que leem não leem muito. Fico pensando até que ponto o fato da linguagem muitas vezes ser afastada da vivência dessas pessoas contribui para isso.”

(Por: Fabiana Reinholz. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso: em abril de 2026. Fragmento.)

Questão 01

Em “Foi com uma conversa com o linguista baiano Marcos Oliveira que essa percepção mudou. ‘Foi como tirar uma venda dos meus olhos.’” (8º§), a comparação apresentada indica, no contexto:

- A) Possibilidade e hipótese.
- B) Descoberta e conscientização.
- C) Preferência por uma situação nova.
- D) Enfrentamento diante dos desafios.
- E) Presença de um obstáculo que será removido.



Questão 02

Em *“Eu aprendi a desenhar muitas coisas, mas de repente eu queria fazer uma história que se passasse na cidade.”* (4º§), pode-se afirmar que:

- A) A evidência de uma conclusão permite a compreensão do ponto de vista apresentado.
- B) O “mas” introduz uma informação complementar, produzindo sentido aditivo no período.
- C) A ideia adversativa tem maior destaque, considerando-se a presente na oração principal inicial.
- D) O termo “mas” poderia ser substituído por “então” sem que houvesse prejuízo de sentido ou gramatical.
- E) A alteração na ordem de apresentação das orações no período preservaria o sentido e a coesão originais.

Questão 03

Analisar os fragmentos a seguir, em que os complementos destacados diferenciam-se, entre outros motivos, por sua classificação considerando o termo que os rege.

- I. *“A escrita está muito associada à leitura, [...]”* (2º§).
- II. *“Foi como tirar uma venda dos meus olhos.”* (8º§).
- III. *“[...] eu queria fazer uma história que se passasse na cidade.”* (4º§).
- IV. *“[...] concebia as histórias e conseguia dar formas a elas, [...]”* (4º§).

Fazem parte do mesmo grupo, de acordo com o termo que os rege, os complementos utilizados em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 04

Em *“A gente vive em um país que, toda vez que vão fazer as estatísticas, se chega à conclusão de que se lê pouco, [...]”* (9º§), acerca da expressão destacada, analise as afirmativas a seguir.

- I. É possível identificar a inclusão dos interlocutores a partir da escolha linguística realizada.
- II. Considerando a norma-padrão, a concordância verbal estabelecida está de acordo com os critérios estabelecidos.
- III. Considerando o trecho original, a substituição do termo sintático identificado como sujeito por equivalente no plural “nós” promove a constância semântica e permanência de efeito de sentido.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 05

Pode-se afirmar que no 9º§ identifica-se:

- A) Afirmativa que contraria informação e ideias anteriores.
- B) Aproximação da literatura como escapismo da realidade.
- C) Construção de hipótese mediante observação da realidade.
- D) Dados estatísticos como argumento para sustentação da tese defendida.
- E) Substituição da ideia inicial, apresentada na introdução, por uma nova perspectiva.

Questão 06

Sobre o uso das aspas no texto, pode-se afirmar que introduzem um discurso que:

- A) Afasta do leitor a possibilidade de réplica e/ou refutação.
- B) Privilegia a fala do personagem mediante o discurso do enunciador.
- C) Contribui para a construção da credibilidade acerca do que é expresso.
- D) Evidencia, em sua estrutura, escolhas linguísticas típicas da linguagem formal.
- E) Fortalece o vínculo entre enunciador e interlocutor, identificando-os no texto, ainda que simbolicamente.



Questão 07

O primeiro período do texto apresenta em sua composição:

- A) Ideia concessiva.
- B) Ação adversativa.
- C) Expressão de condição.
- D) Efeito de causa e consequência.
- E) Estabelecimento de comparação.

Questão 08

No 2º§, em *“O hábito e o gosto pelas letras de forma concreta vieram através de sua irmã, Caroline Falero, diretora, atriz, educadora e artesã.”*, o uso de vírgulas ocorre em função de:

- A) Aposto e enumeração.
- B) Vocativo e enumeração.
- C) Separação de orações coordenadas.
- D) Vocativo e intercalação de indicações.
- E) Aposto e interrupção na sequência frasal.

Questão 09

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que:

- A) A apresentação feita no início do texto pode ser considerada uma característica pertencente à estrutura textual evidenciada.
- B) Por meio do conteúdo exposto pode-se observar, de modo predominante, indicações de como alcançar hábitos de leitura.
- C) A estrutura retratada, formato visualmente estabelecido e organizado, aponta para o reconhecimento de um texto persuasivo.
- D) A narrativa apresentada pela autora demonstra domínio de características textuais típicas que apontam elementos como clímax e conflito.
- E) Considerando a estrutura textual apresentada assim como o conteúdo, em que não há uma sequência linear rígida estabelecida, a movimentação de parágrafos é permitida de modo independente, sem que haja comprometimento da coesão e coerência textuais.

Questão 10

As escolhas por elementos e estruturas linguísticas nos textos não são aleatórias. Considerando tal informação, pode-se dizer que, caso as aspas utilizadas para a função estabelecida no texto fossem empregadas em um outro gênero textual, especificamente pertencente à tipologia narrativa, poderiam ser substituídas por:

- A) Parágrafo.
- B) Colchetes.
- C) Travessão.
- D) Parênteses.
- E) Dois-pontos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Na Câmara Municipal de Domingos Martins, três servidoras – Renata, Patrícia e Camila – ocupam, cada uma, uma das seguintes funções: recepcionista, técnica legislativa e assessora parlamentar, não necessariamente nessa ordem. Em relação ao local de residência dessas servidoras, sabe-se que as três moram a distâncias distintas da Câmara Municipal e que:

- Patrícia mora mais distante da Câmara do que a recepcionista;
- Renata exerce a função de técnica legislativa; e
- Dentre as três profissionais, a técnica legislativa mora mais longe.

Com base nessas informações, é INCORRETO afirmar que:

- A) Patrícia é assessora parlamentar.
- B) Camila mora mais perto da Câmara do que Patrícia.
- C) Renata mora mais distante da Câmara do que Patrícia.
- D) A recepcionista é a que mora mais próxima da Câmara.
- E) Dentre as três servidoras, Camila é a que mora mais distante da Câmara.



Questão 12

Determinada câmara municipal iniciou, em janeiro de 2025, o plano de pagamento parcelado de uma dívida com fornecedores. No primeiro mês de 2025, o valor pago foi de R\$ 80,00. No mês seguinte, o valor pago passou a ser de R\$ 120,00, e os pagamentos mensais seguiram formando uma progressão aritmética ao longo de todo o ano. De acordo com as informações, qual foi o valor pago no mês de junho?

- A) R\$ 280,00.
- B) R\$ 300,00.
- C) R\$ 320,00.
- D) R\$ 340,00.
- E) R\$ 360,00.

Questão 13

Uma equipe da Câmara Municipal de Domingos Martins, composta por 8 servidores, foi designada para realizar a análise e conferência de 48 proposições legislativas. Após 6 dias de trabalho, haviam sido analisadas 18 proposições. Em seguida, 3 servidores foram remanejados para outra atividade, permanecendo apenas 5 na equipe inicial. Considerando que todos os colaboradores trabalham sempre com a mesma carga horária diária de trabalho e com a mesma produtividade, em quantos dias adicionais os servidores restantes concluirão a análise de todas as proposições?

- A) 10 dias.
- B) 12 dias.
- C) 14 dias.
- D) 16 dias.
- E) 18 dias.

Questão 14

A equipe administrativa da Câmara Municipal de Domingos Martins organizou um processo de digitalização de documentos físicos, com o objetivo de modernizar o acervo e facilitar o acesso às informações. Para isso, o conjunto total de arquivos foi dividido em duas partes iguais. A primeira metade dos documentos foi digitalizada a uma taxa constante de 300 documentos por dia, enquanto a segunda metade foi processada a uma taxa mais elevada de 500 documentos por dia, em função de melhorias operacionais ao longo do trabalho. Considerando todo o processo de digitalização, qual foi a taxa média diária de digitalização?

- A) 350 documentos/dia.
- B) 375 documentos/dia.
- C) 400 documentos/dia.
- D) 420 documentos/dia.
- E) 435 documentos/dia.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 15

Semana Nacional impulsiona inovação no Poder Legislativo Municipal

A 2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal reuniu representantes de câmaras de todo o país em Foz do Iguaçu (PR). Ao longo de quatro dias, palestras e oficinas promoveram o debate e o aprimoramento de atividades estratégicas do funcionamento do Legislativo. Entre os destaques da programação estiveram as oficinas “Técnicas para Elaboração Legislativa: como evitar vícios e inconstitucionalidades” e “Inteligência Artificial aplicada ao planejamento legislativo”, voltadas a desafios contemporâneos da atividade parlamentar.

(Disponível: <https://www.cmfor.ce.gov.br/comunicacao/noticias/>. Acesso em: abril de 2026.)

Dentre as atribuições específicas do Poder Legislativo Municipal, pode-se apontar a função:

- A) Deliberativa, que diz respeito ao exercício das atribuições de competência privativa, em que não existe a participação do prefeito.
- B) Fiscalizadora, quando exerce ampla verificação sobre as contas do Executivo, sobrepujando e julgando as funções do Tribunal de Contas do Estado.
- C) Julgadora, através da qual exerce juízo político verdadeiro, competindo-lhe, através da liderança inequívoca do Executivo, julgar casos ligados ao Ministério Público.
- D) Legislativa, que compreende todos os atos tidos por normativos na elaboração de leis apenas em caso de substituição dos encargos do prefeito, representante maior do Executivo.
- E) Esclarecedora, que cumpre a função de manter a população do município atenta e bem informada sobre os meandros das leis e das medidas executivas implementadas pela câmara municipal.



Questão 16

Considere, hipoteticamente, que foi aprovado, por unanimidade, no município de Citadina, em sessão extraordinária, o projeto que institui o registro de bens culturais de natureza material e imaterial pertencentes ao patrimônio cultural da cidade. De acordo com o projeto, as receitas de comidas típicas e produzidas no local, bem como alguns utensílios muito antigos – que, além de serem diferenciados e peculiares – fazem parte de uma tradição ancestral, desde tempos imemoriais na cidade e, portanto, podem compor um patrimônio histórico e cultural reconhecido. Uma vez reconhecidos no município a importância e o valor cultural do patrimônio citado, cabe ao Poder Legislativo:

- A) Definir, a nível municipal, as leis que orientam o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- B) Após a aprovação direta da população, proceder a cobrança de impostos, taxas e obrigações relativas aos bens tombados.
- C) Garantir, através de convocação da iniciativa privada, a manutenção e a exploração financeira dos bens patrimoniais escolhidos.
- D) Participar ativamente da proteção e gestão do patrimônio histórico-cultural local por meio de funções normativas, fiscalizadoras e orçamentárias.
- E) Impor e subsidiar a inclusão desse patrimônio no currículo das escolas locais, incluindo teoria e prática como forma de manutenção e valorização da cultura.

Questão 17

Considere, hipoteticamente, que a prefeitura de determinado município, através dos órgãos competentes, convoca uma audiência pública para discutir prioritariamente sobre a questão das pessoas em situação de rua, cuja incidência aumenta a cada dia, tornando-se um problema preocupante. Tendo em vista que se trata de uma audiência pública, neste e em outros casos, é correto afirmar que:

- A) A sociedade civil (moradores, associações e sindicatos), chamada a participar da ação, pode fazer perguntas e dar sugestões.
- B) A participação está atrelada à observância da condição do público em relação às obrigações eleitorais e ao pagamento, em dia, de impostos.
- C) A divulgação da data, local e tema só pode ser feita com, no máximo, vinte e quatro horas de antecedência, para evitar atitudes tendenciosas.
- D) A solicitação não deve ser feita com a intenção de discutir questões polêmicas ou projetos de lei que possam gerar debates conflituosos entre as partes.
- E) A audiência deve servir para instruir matérias legislativas, mas não pode ter intenção de fiscalizar ações governamentais ou subsidiar decisões que afetem as políticas públicas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 18

No ano de 2030, Roberto, cidadão residente no município de Domingos Martins, comparece à Câmara Municipal com duas demandas específicas. Primeiramente, ele solicita a emissão de uma certidão que comprove o tempo de serviço e as contribuições de seu falecido pai, ex-servidor da Casa, para fins de instruir um processo de pensão em favor de sua mãe. Em seguida, Roberto manifesta o desejo de fiscalizar a prestação de contas da Prefeitura, pois acredita que o hospital local não está seguindo as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à participação da comunidade; e suspeita que a publicidade institucional da última campanha de vacinação tenha sido utilizada para promover a imagem pessoal do atual prefeito. Considerando que, à época dos fatos, as disposições da Constituição Federal de 1988 são as mesmas que estão vigentes atualmente, assinale a afirmativa correta.

- A) As contas do município devem ficar, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- B) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do prefeito possui caráter vinculante absoluto para o Poder Legislativo, não podendo ser revertido por decisão dos membros da Câmara Municipal.
- C) A publicidade dos atos, dos programas e das campanhas dos órgãos públicos municipais pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, caso o conteúdo tenha caráter informativo.
- D) As ações e os serviços públicos de saúde devem ser organizados de acordo com a diretriz da centralização administrativa na esfera federal, cabendo ao município a execução subsidiária sem a previsão de participação da comunidade na gestão do sistema.
- E) Roberto deverá demonstrar insuficiência de recursos para obter a gratuidade da certidão solicitada, uma vez que o direito à obtenção de documentos em repartições públicas para defesa de direitos é garantido mediante o pagamento de taxas de expediente previstas em lei municipal.



Questão 19

No que diz respeito aos princípios e critérios que regem o processo administrativo, levando em consideração exclusivamente o estabelecido na Lei Federal nº 9.784/1999, assinale a afirmativa que contempla uma diretriz correta para a atuação da Administração Pública.

- A) A indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão administrativa é opcional.
- B) A Administração Pública possui o dever de agir apenas mediante provocação do interessado, sendo vedada a impulsão de ofício do processo administrativo.
- C) A representação dos administrados por advogado no processo administrativo é obrigatória em todas as fases, independentemente de previsão em lei específica.
- D) A interpretação da norma administrativa deve ser realizada de forma a garantir o fim público, sendo admitida a aplicação retroativa de nova interpretação para sanar atos anteriores.
- E) Os processos administrativos devem observar a adoção de formas simples, desde que sejam suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

Questão 20

Considere, hipoteticamente, que determinado cidadão apresenta um requerimento escrito à Câmara Municipal de Domingos Martins, solicitando acesso a documentos que detalham a utilização de recursos públicos em contratos administrativos do ano anterior. No formulário, o requerente identifica-se adequadamente e especifica a informação desejada, mas opta por não descrever os motivos que o levaram a fazer tal solicitação. Diante dessa situação e à luz da Lei Federal nº 12.527/2011, o pedido deverá ser:

- A) Admitido, uma vez que é vedado ao órgão público exigir os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- B) Encaminhado ao Ministério Público, para que este valide a legitimidade dos fundamentos que amparam o interesse do particular.
- C) Sobrestado, aguardando que o cidadão complemente o requerimento com a motivação determinante da solicitação de interesse público.
- D) Indeferido, pois a indicação da finalidade do uso da informação é requisito essencial para o processamento de pedidos em órgãos legislativos.
- E) Condicionado ao pagamento de taxa de conveniência, por se tratar de busca de informações relativas a exercícios financeiros já encerrados, ainda que não haja a necessidade de reprodução de documentos.

Questão 21

Um vereador da Câmara Municipal de Domingos Martins pretende exercer sua função legislativa e submete à análise técnica dois projetos de lei distintos. O Projeto de Lei nº 01 dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados no território do município, visando atender às necessidades da população local. O Projeto de Lei nº 02 visa criar normas que complementem a legislação federal e estadual sobre a proteção do meio ambiente e o combate à poluição urbana, adaptando-as às características da região serrana. Com base nas competências legislativas municipais previstas na Constituição Federal de 1988, a respeito da validade das medidas propostas, assinale a afirmativa correta.

- A) O Projeto de Lei nº 01 é inconstitucional por invadir a competência privativa da União para legislar sobre Direito Comercial, enquanto o Projeto de Lei nº 02 é válido.
- B) O Projeto de Lei nº 01 possui vício de iniciativa, sendo competência do Governador do Estado, enquanto o Projeto de Lei nº 02 é plenamente compatível com a Constituição.
- C) Ambos os projetos são inconstitucionais, visto que os municípios possuem competência de execução administrativa, carecendo de poder para suplementar normas federais.
- D) O Projeto de Lei nº 01 é constitucional, mas o Projeto de Lei nº 02 é inválido, uma vez que a competência para legislar sobre proteção ambiental pertence à União e aos Estados.
- E) Ambos os projetos são constitucionais, pois o primeiro trata de assunto de interesse local e o segundo exercita a competência de suplementar a legislação federal e estadual, no que cabe ao município.



Questão 22

A Câmara Municipal de Domingos Martins, com o objetivo de organizar suas demandas internas e garantir a continuidade dos serviços legislativos, planeja as seguintes ações administrativas; analise-as.

- I. Contratação direta, via inexigibilidade de licitação, de uma empresa de notória especialização para a prestação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da secretaria administrativa.
- II. Formalização de um contrato para o fornecimento contínuo de materiais de consumo administrativo com prazo de duração de cinco anos, sob a justificativa de maior vantagem econômica e disponibilidade orçamentária.
- III. Instituição, mediante ato do Presidente da Câmara, de uma nova modalidade licitatória denominada “Seleção Simplificada Legislativa”, destinada exclusivamente à aquisição de bens de pequeno valor para o suporte das sessões plenárias.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, está em conformidade com a referida norma o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 23

No âmbito da atividade legislativa municipal, há regras que orientam a organização e o desenvolvimento dos trabalhos legislativos, especialmente no que se refere à tramitação de matérias e à condução dos debates em Plenário. À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Domingos Martins, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não será aceita proposição que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do legislativo.
- II. Terão discussão única as matérias que tenham sido colocadas em regime de urgência especial, bem como aquelas que se encontrem em regime de urgência simples.
- III. Os projetos que versem sobre a proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias e plano plurianual devem ter dois turnos de discussão e votação.
- IV. O encerramento da discussão de proposição poderá ser requerida independentemente da manifestação de outros vereadores, desde que o autor já tenha se pronunciado.
- V. O adiamento da discussão, através do pedido de vista, terá o prazo de trinta dias, admitida uma única prorrogação por igual período.

Com base na legislação supracitada, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) I, IV e V.

Questão 24

O regime jurídico dos servidores públicos municipais, nos termos da Lei Complementar nº 56/2022 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins, disciplina aspectos relacionados à apuração de irregularidades funcionais e às consequências das decisões administrativas no âmbito da responsabilização do servidor. Com base nas disposições do referido texto normativo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Dentre os servidores membros da Comissão Permanente de Sindicância e de processo administrativo disciplinar deverá haver, no mínimo, um membro de escolaridade de nível superior.
- B) Na revisão do processo administrativo-disciplinar, a Comissão revisora terá até sessenta dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- C) Com a publicação do ato de instauração do processo administrativo-disciplinar, a prescrição fica interrompida e o servidor não poderá ser exonerado a pedido ou ter deferida a aposentadoria voluntária.
- D) O processo administrativo-disciplinar poderá ser revisto, no prazo de um ano, a contar da aplicação da sanção, podendo a revisão ser requerida diretamente pelo servidor ou, em caso do seu falecimento, por qualquer pessoa da família.
- E) Julgada procedente a revisão de processo administrativo-disciplinar, será declarada sem efeito a penalidade aplicada ou reintegrado o servidor público, restabelecendo-se todos os direitos atingidos, inclusive em relação à destituição de cargo em comissão.



Questão 25

O regime jurídico dos servidores públicos municipais disciplina determinadas situações funcionais, incluindo condições de afastamento, hipóteses de concessão de benefícios relacionados à jornada de trabalho, regras de remuneração e efeitos decorrentes do exercício de mandato eletivo, nos termos previstos na legislação. À luz do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Ao servidor estudante, atendida a conveniência do serviço, poderá ser concedido horário especial de trabalho, que importará na compensação da jornada normal com a prestação de serviço em horário antecipado ou prorrogado, ou no período correspondente às férias escolares.
- () O horário especial ao servidor estudante poderá ser concedido ao servidor já graduado para cursar pós-graduação, mestrado ou doutorado, ainda que tais cursos não guardem vínculo direto com seu cargo efetivo.
- () Na hipótese de não comparecimento do servidor público ao serviço ou escala de plantão, o número total de faltas abrangerá, para todos os efeitos legais, o período destinado ao descanso.
- () Em qualquer hipótese de afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço do servidor público municipal será contado para todos os efeitos legais, inclusive para progressão por merecimento.
- () Condenado por crime inafiançável, o servidor público efetivo não poderá ser afastado do exercício de seu cargo até decisão final transitada em julgado.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V, V.
- B) V, F, V, F, F.
- C) F, V, F, V, V.
- D) V, V, V, F, F.
- E) F, F, V, V, V.

Questão 26

No âmbito das funções institucionais do Poder Legislativo, as Comissões Parlamentares de Inquérito configuram instrumento de fiscalização e controle, observando normas que orientam sua instituição e atuação nas atividades investigatórias. À luz desse instituto, analise os cenários hipotéticos a seguir.

- **Caso 1:** Foi requerida a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito pelos membros da câmara municipal, tendo sido instituída sem deliberação plenária.
- **Caso 2:** Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada com prazo de cento e vinte dias para conclusão de seus trabalhos, sendo posteriormente prorrogado por igual período, mediante deliberação do Plenário.
- **Caso 3:** A Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída por ato da Presidência, com três membros efetivos e dois suplentes, após indicações, respeitada a proporcionalidade partidária. Após a escolha dos membros, a Comissão deverá eleger o Presidente, o Relator e o Secretário até o dia subsequente.
- **Caso 4:** A Comissão Parlamentar de Inquérito designou um de seus membros para a realização de diligências necessárias aos seus trabalhos, sem comunicação prévia à Mesa, valendo-se diretamente de normas do Código de Processo Penal.
- **Caso 5:** Ao término dos trabalhos de Comissão Parlamentar de Inquérito, o relatório circunstanciado com suas conclusões foi apresentado ao Plenário da câmara municipal e, após aprovação, houve encaminhamento à Mesa Diretora para adoção das providências cabíveis.

A partir das disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Domingos Martins, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de deliberação plenária, independentemente do número de vereadores que tenham subscrito o requerimento.
- B) No caso 2, o requerimento, que solicita a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, deverá ser apreciado na sessão subsequente à de sua apresentação.
- C) No caso 3, a constituição da Comissão é válida, mas a eleição de Presidente, Relator e Secretário não observa a exigência legal.
- D) No caso 4, a Comissão poderá designar membro para diligências independentemente de conhecimento prévio à Mesa, aplicando subsidiariamente as normas contidas no Código de Processo Penal.
- E) No caso 5, determinado o encaminhamento à Mesa Diretora para as providências de sua alçada, eventual projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, deverá ser incluído na ordem do dia dentro de duas sessões.



Questão 27

O processo legislativo municipal estabelece requisitos formais para a concessão de urgência especial e urgência simples, bem como disciplina o procedimento a ser adotado em caso de impossibilidade de andamento regular de proposições já submetidas aos prazos regimentais. Considerando esse contexto, analise os cenários hipotéticos a seguir.

- **Caso 1:** A concessão de urgência especial foi requerida, mediante provocação por escrito, pela Comissão autora de proposição em assunto de sua competência privativa.
- **Caso 2:** No âmbito do processo legislativo municipal, foram incluídos em regime de urgência simples o Plano Plurianual (PPA) e determinado veto.
- **Caso 3:** Concedida urgência especial para projeto ainda sem parecer, foi determinado o levantamento da sessão, para que as Comissões competentes se pronunciassem em conjunto; imediatamente após, o projeto será colocado na ordem do dia da próxima sessão.
- **Caso 4:** No processo legislativo municipal, foi verificada a retenção indevida de proposição, já estando vencidos os prazos regimentais.
- **Caso 5:** Durante a tramitação de projeto de lei considerado de relevante interesse público, um vereador apresentou requerimento solicitando a concessão de regime de urgência simples para apreciação da matéria pelo Plenário.

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Domingos Martins, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, a concessão de urgência especial independe de assentimento do Plenário, podendo ser deferida diretamente pela Mesa.
- B) No caso 2, a inclusão do PPA no regime de urgência simples ocorre a partir do escoamento de duas terças partes do prazo que o Legislativo dispõe para apreciá-lo, e o veto a partir do escoamento da primeira metade desse mesmo prazo.
- C) No caso 3, não sendo possível a obtenção imediata do parecer conjunto das Comissões, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.
- D) No caso 4, o presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará sua re tramitação, independentemente de a Mesa ser ouvida.
- E) No caso 5, o regime de urgência simples somente poderá ser requerido pela Mesa Diretora ou pelo Poder Executivo.

Questão 28

A atuação do Poder Legislativo municipal é regida por um conjunto de normas e princípios que disciplinam sua organização, seu funcionamento e o exercício de suas funções institucionais, estabelecendo diretrizes gerais e parâmetros jurídicos aplicáveis à atividade parlamentar. Considerando esse contexto normativo, analise os cenários hipotéticos a seguir.

- **Caso 1:** A Mesa da Câmara Municipal encaminhou pedidos de informações distintos, por escrito, a dois secretários municipais diferentes, sendo que o primeiro não atendeu ao pedido no prazo de trinta dias e o segundo prestou informações que foram consideradas insuficientes.
- **Caso 2:** O prefeito municipal solicitou urgência para apreciação de projeto de lei complementar de sua iniciativa.
- **Caso 3:** Determinado projeto de resolução recebeu parecer contrário de todas as comissões competentes.
- **Caso 4:** Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual, foi apresentada emenda indicando, como fonte de recursos, a anulação de despesas relativas ao serviço da dívida.
- **Caso 5:** Um grupo de vereadores requereu a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades em licitações.

Com base na Lei Orgânica do Município de Domingos Martins, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, o não atendimento ao pedido pelo primeiro secretário importa crime de responsabilidade; o segundo secretário, diante de informações insuficientes, terá mais dez dias para complementá-las após comunicação da Câmara.
- B) No caso 2, solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.
- C) No caso 3, o projeto de resolução será tido como rejeitado, sendo necessária a anuência do Plenário.
- D) No caso 4, a emenda é admitida, pois a anulação de despesas relativas ao serviço da dívida pode ser utilizada como fonte de recursos.
- E) No caso 5, a Comissão Parlamentar de Inquérito somente poderia ser instaurada mediante requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.



Questão 29

A organização da estrutura administrativa do município, a delegação de serviços públicos e a gestão de seu patrimônio submetem-se a regras previstas na Lei Orgânica, que disciplinam requisitos, procedimentos e hipóteses para a prática de atos pelo poder público. Considerando esse contexto, analise as situações hipotéticas a seguir.

- **Caso 1:** O Município criou, por lei específica, uma empresa pública e uma sociedade de economia mista. Posteriormente, foram criadas subsidiárias das entidades com autorização legislativa, e realizada suas participações em empresa privada.
- **Caso 2:** O Município outorgou permissão de serviço público por decreto, a título precário, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente. Em outra situação, realizou concessão de serviço público mediante contrato, precedido de concorrência pública, sem autorização legislativa.
- **Caso 3:** O Município realizou a alienação de bem móvel mediante doação, sob justificativa de interesse público relevante, devidamente justificado pelo Poder Executivo.
- **Caso 4:** O Município realizou a venda de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, aos proprietários de imóveis limítrofes.
- **Caso 5:** O Município autorizou a concessão de uso de pequena fração de parque público destinada à venda de jornais e revistas.

À luz das disposições da Lei Orgânica do Município de Domingos Martins, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, a criação das entidades por lei específica e das subsidiárias com autorização legislativa atende às exigências legais, sendo dispensada autorização legislativa para a participação em empresa privada.
- B) No caso 2, tanto a permissão quanto a concessão atendem às exigências legais, pois foram precedidas de procedimento e formalizadas por ato próprio.
- C) No caso 3, a alienação dos bens municipais será precedida de avaliação e dependerá de concorrência pública.
- D) No caso 4, a venda dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação, podendo o imóvel ser adquirido com desconto sobre o valor avaliado.
- E) No caso 5, a concessão de uso é vedada, pois a utilização privativa de fração de parque público não comporta exceções legais.

Questão 30

A Administração Pública municipal exerce suas atribuições em conformidade com regras legais que disciplinam a prática de atos nas áreas tributária, orçamentária e de gestão de bens públicos, estabelecendo condições, limites e disposições previstas em lei. Com base nesse contexto, analise os cenários hipotéticos a seguir.

- **Caso 1:** Lei municipal, mediante convênio, atribuiu a responsabilidade pelo crédito tributário relativo ao imposto sobre serviços de qualquer natureza à terceira pessoa vinculada ao fato gerador, excluindo a responsabilidade do contribuinte.
- **Caso 2:** O município instituiu imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos à sua aquisição.
- **Caso 3:** No município, a autorização de crédito especial foi promulgada no penúltimo mês do exercício financeiro.
- **Caso 4:** O município outorgou concessão administrativa de uso de bem público de uso comum para finalidade turística, mediante autorização legislativa.
- **Caso 5:** O município fixou alíquota do imposto incidente sobre vendas a varejo de óleo *diesel* realizadas em seu território.

De acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município de Domingos Martins, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, a atribuição de responsabilidade à terceira pessoa não poderá excluir a responsabilidade do contribuinte.
- B) No caso 2, o imposto não incidirá sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital.
- C) No caso 3, o crédito especial terá vigência apenas no exercício em que foi autorizado, vedada sua incorporação ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- D) No caso 4, a concessão administrativa de uso de bens públicos de uso comum somente poderia ser outorgada para finalidades escolares e de assistência social, mediante prévia autorização legislativa.
- E) No caso 5, a atuação do Município está em conformidade com sua competência tributária, uma vez que lhe cabe fixar alíquotas dos impostos sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.



CONHECIMENTOS DO CARGO/FUNÇÃO

Questão 31

“Os princípios orçamentários orientam a elaboração e a execução do orçamento público, garantindo transparência, controle e racionalidade na gestão fiscal. O princípio orçamentário da(o) _____ determina que todas as receitas e despesas do ente público devem constar de uma única lei orçamentária, permitindo visão global das finanças públicas.”
Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) unidade
- B) equilíbrio
- C) anualidade
- D) especificação
- E) universalidade

Questão 32

Durante a elaboração da proposta orçamentária anual, a equipe técnica de uma câmara municipal realizou reunião para alinhar procedimentos relativos à organização do orçamento. O presidente solicitou orientação técnica sobre a correta aplicação das disposições da Lei nº 4.320/1964. Nesse sentido, é correto afirmar que a Lei nº 4.320/1964:

- A) Possui caráter orientativo e voltado ao apoio gerencial das entidades públicas.
- B) Regula a fase de execução da despesa pública, concentrando-se nos estágios de empenho, liquidação e pagamento.
- C) Disciplina a arrecadação de receitas tributárias e a política fiscal, com foco na distribuição de receitas entre entes federativos.
- D) Trata das normas de contabilidade aplicada ao setor público e se restringe à padronização dos registros contábeis e dos relatórios financeiros governamentais.
- E) Estabelece normas gerais de direito financeiro relativas à elaboração e ao controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, disciplinando a execução da despesa, o exercício financeiro, a prestação de contas e os demonstrativos contábeis.

Questão 33

Durante a tramitação das leis orçamentárias, os vereadores de uma câmara municipal solicitaram apoio técnico para compreender a função de cada instrumento de planejamento governamental. O objetivo era alinhar a análise legislativa às competências constitucionais relacionadas ao planejamento e ao orçamento público. Considerando a Constituição Federal de 1988 e a integração entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa correta.

- A) O PPA fixa despesas anuais; a LDO institui programas continuados; e a LOA estabelece metas e diretrizes plurianuais.
- B) O PPA define metas fiscais anuais; a LDO executa programas governamentais; e a LOA estabelece planejamento estratégico de médio prazo.
- C) O PPA regulamenta a execução orçamentária anual; a LDO fixa despesas de capital; e a LOA define objetivos estratégicos plurianuais do governo.
- D) O PPA apresenta programação financeira anual; a LDO autoriza a arrecadação de receitas; e a LOA define prioridades estratégicas de longo prazo.
- E) O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para despesas de capital e programas de duração continuada; a LDO orienta a elaboração da LOA; e a LOA estima receitas e fixa despesas para o exercício financeiro.

Questão 34

O sistema de controle governamental brasileiro estrutura-se para assegurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a transparência da gestão pública, envolvendo diferentes instâncias e mecanismos institucionais. Considerando o disposto sobre esse sistema, é correto afirmar que o controle governamental:

- A) Estrutura-se como atividade acessória, voltada à orientação administrativa, com aplicação facultativa nas entidades públicas.
- B) Realiza a fiscalização prévia dos atos administrativos, sem atuação posterior ou concomitante à execução das políticas públicas.
- C) Possui natureza predominantemente gerencial, voltada à coordenação das atividades administrativas e à condução das políticas públicas.
- D) Apresenta foco predominante na avaliação de resultados econômicos das empresas estatais, com prioridade para a mensuração de lucros e dividendos.
- E) Compreende mecanismos internos e externos, articulados para fiscalizar a gestão pública e promover a responsabilização, a transparência e o aprimoramento da Administração.



Questão 35

Durante auditoria realizada em determinada câmara municipal, a unidade de controle interno identificou falhas recorrentes na liquidação de despesas, incluindo ausência de documentos comprobatórios e inconsistências na verificação do recebimento de materiais. Diante dessa situação, foi elaborado relatório técnico com recomendações para aprimorar os procedimentos administrativos e fortalecer os mecanismos de prevenção de irregularidades. Considerando as competências e finalidades do controle interno no setor público, assinale a alternativa que apresenta corretamente atribuições relacionadas a essa atividade.

- A) Julgar contas dos administradores públicos; aplicar penalidades aos responsáveis por irregularidades; e determinar sanções decorrentes de dano ao erário.
- B) Orientar unidades administrativas quanto a procedimentos internos; acompanhar rotinas de trabalho; e apoiar atividades gerenciais relacionadas à organização administrativa.
- C) Executar atividades de supervisão administrativa; acompanhar rotinas operacionais; e coordenar diretamente procedimentos de gestão relacionados à execução das despesas públicas.
- D) Fiscalizar aspectos contábeis e financeiros da gestão pública; acompanhar a regularidade patrimonial; e verificar procedimentos administrativos vinculados à aplicação dos recursos públicos.
- E) Avaliar o cumprimento de metas institucionais; verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão; apoiar o controle externo; e contribuir para o aperfeiçoamento dos controles administrativos.

Questão 36

A NBC TA 230 (R1) estabelece os requisitos para a documentação de auditoria, abrangendo desde sua elaboração tempestiva até a montagem do arquivo final. Com base nessa norma, analise as afirmativas a seguir.

- I. A documentação de auditoria deve fornecer evidência da base para a conclusão do auditor quanto ao cumprimento do objetivo global da auditoria, bem como evidência de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis.
- II. O auditor deve completar o processo administrativo de montagem do arquivo final de auditoria tempestivamente após a data do relatório do auditor, sendo que o limite de tempo apropriado para essa montagem, conforme orientação da norma, geralmente não ultrapassa cento e oitenta dias após a data do relatório.
- III. Se, em circunstâncias excepcionais, o auditor executar procedimentos novos ou adicionais ou chegar a outras conclusões após a data do relatório, ele deve documentar as circunstâncias identificadas, os procedimentos executados, as novas conclusões e o efeito sobre o relatório, bem como quando e por quem as modificações foram realizadas e revisadas.

Está correto que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

Questão 37

A Câmara Municipal de Ômega aprovou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026. No texto da referida lei foi inserida autorização para que o Poder Executivo municipal possa, por meio de decreto, abrir créditos suplementares até o limite de cinco por cento da despesa total autorizada, independentemente de prévia autorização legislativa específica. Considerando as disposições constitucionais sobre orçamento público, trata-se do princípio orçamentário que excepcionalmente permite a inclusão de tal dispositivo na LOA:

- A) Princípio da Unidade.
- B) Princípio da Anualidade.
- C) Princípio da Exclusividade.
- D) Princípio da Universalidade.
- E) Princípio da Não Afetação da Receita.



Questão 38

A NBC TA Estrutura Conceitual estabelece os fundamentos para trabalhos de asseguarção realizados por auditores independentes, abrangendo conceitos como tipos de asseguarção, evidências e critérios. Com base nessa norma, analise as afirmativas a seguir.

- I. No trabalho de asseguarção limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho a um nível aceitavelmente baixo, expressando sua conclusão na forma positiva, como “Em nossa opinião, as demonstrações contábeis estão adequadamente apresentadas”.
- II. O ceticismo profissional deve ser mantido durante todo o trabalho de asseguarção, exigindo que o auditor questione a confiabilidade de documentos e respostas a indagações, mesmo quando não há razões específicas para acreditar no contrário.
- III. Os critérios adequados para um trabalho de asseguarção devem apresentar as características de relevância, integralidade, confiabilidade, neutralidade e compreensibilidade, sendo que a adequação dos critérios independe do nível de asseguarção (razoável ou limitada).

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 39

A câmara municipal de certo município, no exercício de suas funções institucionais, editou ato disciplinando o acesso de particulares às suas dependências, estabelecendo regras de identificação, restrições de circulação em determinadas áreas e previsão de retirada compulsória de indivíduos que comprometam a ordem interna. Em paralelo, instaurou procedimento interno para apuração de infrações funcionais praticadas por servidores vinculados à Casa Legislativa. Diante desse cenário, questionou-se a natureza dos poderes exercidos pela câmara municipal, sob o argumento de que o Poder Legislativo não detém prerrogativas típicas da Administração Pública. À luz do regime jurídico dos poderes administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) A atuação da câmara municipal no caso descrito caracteriza exercício de função jurisdicional, tanto na imposição de restrições a particulares quanto na apuração de infrações funcionais de seus servidores.
- B) A fixação de regras de acesso e permanência nas dependências da câmara municipal traduz exercício de poder de polícia administrativa, ao passo que a apuração de infrações funcionais se insere no âmbito do poder disciplinar.
- C) A disciplina do acesso às dependências da câmara municipal configura exercício do poder regulamentar, enquanto a apuração de infrações funcionais decorre do poder hierárquico, no âmbito da organização interna da Administração.
- D) O Poder Legislativo municipal não exerce poderes administrativos, razão pela qual suas atividades devem se limitar às funções legislativas típicas, sendo ilegítima a imposição de restrições a particulares no âmbito de suas dependências.
- E) A imposição de regras de acesso às dependências da câmara municipal constitui manifestação do poder hierárquico, enquanto a apuração de infrações funcionais decorre do exercício do poder regulamentar, ambos subordinados à função legislativa típica do Parlamento municipal.

Questão 40

Determinada câmara municipal recebeu denúncia de malversação de dinheiro público relacionado à gestão de serviços de saúde municipal, cuja estrutura e bens públicos são administrados por pessoa jurídica privada. Para averiguar a situação, o vereador solicitou documentos e informações de interesse geral à referida pessoa jurídica. De acordo com a Constituição Federal de 1988:

- A) A solicitação não é legítima, tendo em vista que não compete ao Poder Legislativo Municipal exercer controle externo.
- B) A solicitação é legítima, pois toda pessoa jurídica privada tem o dever de prestar contas aos cidadãos e ao poder público.
- C) A solicitação é legítima, a pessoa jurídica privada tem o dever de prestar contas e o cidadão também pode solicitar diretamente.
- D) A solicitação não é legítima, pois pessoa jurídica privada não tem o dever de prestar contas para fiscalização contábil e financeira.
- E) A solicitação é legítima, tendo em vista que o cidadão depende do exercício do poder de fiscalização do Poder Legislativo municipal para acessar as referidas informações e documentos.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma dissertação, que será avaliada em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas; e b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados		Total de Pontos
Aspectos Macroestruturais		
Conhecimento e compreensão do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado).	4,00	
Desenvolvimento da argumentação, objetividade e informatividade dentro do tema proposto (organização da argumentação, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão).	4,00	
Coerência (relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto; encadeamento de ideias de forma lógica e coerente: progressão textual).	3,00	
Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Aspectos Microestruturais		
Estruturação sintática: truncamento de períodos; justaposição de orações e/ou períodos; excesso, ausência ou duplicação de elementos sintáticos, considerando-se a utilização dos recursos coesivos da língua, de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa.	0,50	2,00
Morfossintaxe: colocação pronominal; concordância verbal e nominal; conectores; emprego de pronomes; paralelismo sintático; regência verbal e nominal; seleção vocabular – uso de vícios de linguagem, gírias, marcas de oralidade, escolha lexical (precisão vocabular); vocabulário inadequado ao texto escrito; tempos e modos verbais; grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões.	0,25	3,00
Desvios: acentuação; ortografia; translineação; uso de letras maiúsculas e minúsculas; pontuação.	0,25	4,00
TOTAL		20 pontos

Texto I

Rede GIRC debate ética, governança e inovação da inteligência artificial no setor público

A Rede GIRC (Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos) promoveu um painel de debates sobre o tema “Você é mais do que Sei... Inteligência Artificial, Ética e Inovação na Burocracia Pública”. O debate marcou a 52ª edição da Rede GIRC e abordou ética, governança e inovação na inteligência artificial, discutindo seus impactos, desafios e aplicações no setor público, bem como riscos à sociedade, às modificações provocadas nos relacionamentos interpessoais e consequências ao trabalho.

O painel foi mediado pela presidenta da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (AGU), Mariana Montenegro, e participaram a ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edilene Lôbo; o diretor de Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente Digital da Secretaria Nacional de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo de Lins e Horta; e a professora e advogada Patrícia Peck.



A mediadora Mariana Montenegro destacou a importância de refletir sobre o papel humano diante da tecnologia e ressaltou a necessidade de colocar a perspectiva humana no centro das decisões tecnológicas. “O tema ‘Você é mais do que Sei’ é bastante instigante. Para quem é do serviço público, é impossível não lembrar do SEI, o Sistema Eletrônico de Informações, que transformou a burocracia digital com processos eletrônicos. Mas também sei, no sentido do verbo ‘saber’, nos lembra que os sistemas não apenas registram o que fazemos, eles aprendem com o que fazemos. Por trás de qualquer sistema, há gente, há pessoas. A tecnologia não é boa ou má por si só; é o desenvolvimento e o uso dela que definem seu impacto. O olhar feminino precisa estar presente no desenvolvimento e na regulação da inteligência artificial, para que a IA sirva ao Estado e à sociedade sem se tornar um controle absoluto”, disse.

(Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/>. Acesso em: abril de 2026. Adaptado.)

Texto II

Na gestão pública contemporânea, a inovação digital consolidou-se como um dos principais vetores de modernização administrativa e, sobretudo, como uma possibilidade concreta de ampliar a transparência e o controle social. A expansão de portais de transparência, sistemas eletrônicos de informação, canais digitais de ouvidoria e ferramentas de participação cidadã vem alterando a forma como o Estado produz, registra e divulga dados, decisões e resultados. Nesse cenário, a transformação digital deixa de ser apenas um movimento técnico e passa a ter implicações diretas na relação entre governo e sociedade, uma vez que o acesso à informação pública — quando ofertado de modo claro, tempestivo e compreensível — tende a fortalecer a *accountability*, ampliar a fiscalização das ações governamentais e contribuir para a construção de confiança nas instituições. Entretanto, apesar dos avanços, persistem obstáculos importantes, como a desigualdade de acesso à *internet*, a baixa familiaridade de parte da população com recursos digitais, a resistência organizacional às mudanças e limitações na qualidade e usabilidade de muitos ambientes informacionais públicos, especialmente no contexto municipal.

(SARAIVA, Piedley Macedo; SILVA, Marina Barbosa da; ALVES, Ionny Ellem Pereira; PEREIRA, Thaís Santos; ALENCAR, Vitória Manuele Alves Bindá de; SILVA, Cicera Maria de Figueiredo. Governo à vista: inovação digital, transparência ativa e confiança pública na gestão municipal brasileira. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), São Paulo, v. 12, n. 3. mar/2026.)

Texto III

Portal da Transparência: O que é, para que serve e como usar



Muitas pessoas não têm o costume ou mesmo a vontade de acessá-lo, mas é inegável que o Portal da Transparência é uma plataforma muito importante para o país.

Apenas o fato de se interessar por esse tipo de informação já é um exercício de cidadania.

(Disponível em: <https://fia.com.br/blog/portal-da-transparencia/>. Acesso em: abril de 2026. Fragmento)

A partir dos textos motivadores, redija uma dissertação sobre o tema:

“Transparência, ética e uso de tecnologias digitais na gestão pública: desafios e responsabilidades no fortalecimento do controle institucional”.



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



